

Relatório do Curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco 2017/18

I. Evolução do ciclo de estudos desde a avaliação anterior

1. Decisão de acreditação na avaliação anterior

1.1. O processo de avaliação do mestrado IPCJR foi iniciado em abril de 2012 tendo sido acreditado em 10 de novembro de 2014 por um período de 6 anos.

1.2. O Conselho de Administração decidiu acreditar o ciclo de estudos em concordância com a recomendação e a fundamentação da Comissão de Avaliação Externa na sua reunião de 30 de outubro de 2014.

1.3. O curso foi publicado no Despacho n.º 2959/2015 (DR nº 57 de 23 de março de 2015- 2ª Série)

2. Síntese de medidas de melhoria do ciclo de estudos desde a avaliação anterior na sequência de condições fixadas pelo CA e de recomendações da CAE

Da decisão da CAE ressaltaram as seguintes conclusões:

1. A coordenação do CE é assegurada por uma docente doutorada em regime de tempo integral, doutorada em Psicologia, área científica principal do CE, o que se revela adequado.

2. O corpo docente do CE é composto por sete docentes, seis dos quais em regime de tempo integral na IES, o que corresponde a 91,3 ETI. À data da visita da CAE o corpo docente contava com cinco doutores em tempo integral, quatro dos quais na área científica principal atribuída ao CE. Verifica-se assim a existência de pessoal docente qualificado, com um número elevado de doutorados na AC principal atribuída ao CE, a existência de docentes em processo de doutoramento e ainda um investimento dos docentes no aperfeiçoamento e desenvolvimento do CE, bem como uma política de Apoio do IPV à qualificação do pessoal docente ao nível do Doutoramento. Não obstante, a área de especialização dos docentes está concentrada na área disciplinar de Psicologia, sem o concurso de docentes da área de Ciências Sociais, limitando a construção interdisciplinar inerente à temática do mestrado.

3. O PE consubstancia uma oferta de «banda larga» adequada ao tipo de procura do ciclo de estudos (diversidade dos perfis formativos; predominância de mestrados integrados no mercado de trabalho) verificando-se, no entanto, uma limitação das possibilidades de um maior aprofundamento/especialização de domínios específicos e da construção interdisciplinar da temática do mestrado, o que poderia ser alcançado através:

i. da criação de disciplinas opcionais que permitam o aprofundamento de matérias específicas (e.g. prevenção primária em contextos de risco; mediação familiar; intervenção no âmbito de medidas de acolhimento);

ii. da diversificação das modalidades do trabalho final com a abertura da possibilidade de realização de estágios em função do perfil dos mestrados;

iii. do desenvolvimento da vertente de investigação e produção científica no âmbito do mestrado (quer num figurino de 3 semestres, quer numa revisão da EC para 4 semestres).

Tendo recomendado que a IES, adotasse as seguintes medidas:

1. Dotar o CE de um corpo docente mais abrangente do ponto de vista da sua pertença disciplinar, reforçando a equipa com docentes doutorados na área das Ciências Sociais (no período de 1 ano);
2. Desenvolver a investigação científica e publicações no domínio específico do CE (no período de 3 anos)

Em complemento a estas medidas recomenda-se vivamente uma revisão do PE que possa acolher as propostas e sugestões apresentadas no presente relatório.

Em resposta ao Relatório da CAE foram tomadas as seguintes medidas relativamente às sugestões de melhoria: explicitação dos objetivos gerais do curso; aquisição suplementar de bibliografia específica da área do CE com clara melhoria do fundo bibliográfico; desenvolvimento de diligências para o estabelecimento de parcerias internacionais para mobilidade docente e estágios internacionais; aprofundar a articulação entre algumas UC que, não obstante, já existe efetivamente.

Foram efetuadas alterações ao plano de estudos passando a estrutura curricular a 120 ECTS, introduzindo a modalidade de estágio e dissertação, a funcionar desde o ano letivo de 2014-15.

Relativamente às disciplinas opcionais, decidimos acolher a sugestão da CAE em matéria de conteúdos, mas integrando-os nas UC já existentes.

Foi reforçada a equipa com dois docentes doutorados na área das Ciências Sociais, Luís Nuno Sousa, doutorado em Sociologia e Cátia Magalhães, doutorada em Política Social e Saúde, ambos em tempo integral na IES.

Neste momento, aumentou consideravelmente o número de publicações, por relação à data do relatório de autoavaliação. Pensamos que a abertura da modalidade de dissertação para o trabalho final em muito contribuiu para esse incremento, bem como para um maior envolvimento dos alunos na investigação e na produção científica.

3. Alterações relativas à estrutura curricular e/ou ao plano de estudos (alterações não incluídas no ponto 2)

Foram introduzidos, de acordo com a recomendação da CAE, ajustamentos curriculares, no número de UC, nas áreas científicas das UC, na designação das UC, nos ECTS, na tipologia de horas de contacto, nos conteúdos programáticos, bem como na duração e modalidades do trabalho final, a saber:

- 1 - A estrutura curricular passou de 90 a 120 ECTS, com a introdução da modalidade de trabalho final de estágio e dissertação;
- 2 - Todas as horas de OT das UC foram revertidas para TP, com exceção do trabalho final;
- 3 - Foram retificadas as áreas científicas de acordo com as áreas CNAEF;
- 4 - Foram retificadas as designações de algumas UC decorrentes dos ajustes programáticos efetuados;
- 5 - Os conteúdos sugeridos para UC de opção foram considerados nas UC de Problemáticas e Contextos de Risco Infanto-juvenis (Prevenção primária em contextos de risco); Política Social e Saúde (Prevenção primária em contextos de risco); Relações, Conflito e Mediação (mediação familiar) e Intervenção em Situações de Risco, Família e Suporte Social (intervenção no âmbito de medidas de acolhimento);

5- Foi introduzida uma UC de investigação decorrente da possibilidade de dissertação.

4. Alterações relativas a instalações, parcerias e estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem (alterações não incluídas no ponto 2)

4.1. Não se registam alterações significativas relativas a instalações e equipamentos neste ano letivo. De qualquer forma, as existentes são adequadas ao funcionamento do curso.

4.2. Relativamente a parcerias nacionais e internacionais, de salientar a deslocação de duas docentes do curso (Susana Fonseca e Maria João Amante), no âmbito do programa Erasmus+, à Faculdade de Educação da Universidade de Vigo em Ourense, da qual resultou o estabelecimento de um protocolo (que se encontra a aguardar assinatura) que contempla o intercâmbio de estudantes deste mestrado.

4.3. No apoio aos processos de ensino/aprendizagem, foi adquirido o acesso ao Programa Nvivo, de grande relevância para os trabalhos finais de Projeto e Dissertação. No entanto, alerta-se para a importância de manter o investimento na atualização do acervo bibliográfico, bem como em Software considerado indispensável para o curso, como é o caso do *EndNote*, ferramenta fundamental para um curso de formação graduada ao nível do grau aqui conferido.

II. Autoavaliação do ciclo de estudos

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituto Politécnico de Viseu

1.2. Escola Superior de Educação

1.3. Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

1.4. Mestrado

1.5. Despacho n.º 2959/2015 (DR nº 57 de 23 de março de 2015- 2ª Série)

1.6. Áreas CNAEF predominantes: Psicologia (310) e Ciências Sociais e do Comportamento (310)

1.7. 120 créditos

1.9. 4 semestres

1.10. 31 vagas aprovadas A3ES; 25 vagas aprovadas CTC da ESEV

2. Estrutura curricular

Plano de estudos atual:

1º Ano/1º Semestre

Unidades Curriculares	Área Científica	Duração	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Problemáticas e Contextos de Risco Infantojuvenis	PSI	Semestral	162	TP45	6
Direito da Inclusão Social	D	Semestral	162	TP-30	6
Relações, Conflitos e Mediação	PSI	Semestral	162	TP-45	6
Técnicas de Avaliação e Diagnóstico Psicossocial	PSI	Semestral	324	TP-60	12

1º Ano/2º Semestre

Unidades Curriculares	Área Científica	Duração	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Respostas de Apoio Social para a Infância e Juventude	CS	Semestral	162	TP-45	6
Política Social e Saúde Infantojuvenil	CS	Semestral	162	TP-30	6
Intervenção em Situações de Risco, Família e Suporte Social	PSI	Semestral	162	TP45	6
Investigação em Intervenção Psicossocial	PSI	Semestral	324	TP -60	12

2º Ano/Anual

Unidades Curriculares	Área Científica	Duração	Horas Trabalho	Horas Contacto	ECTS
Seminário de apoio à Dissertação, Projeto e Estágio	PSI	Anual	405	60 OT	15
Dissertação/Projeto/Estágio	PSI	Anual	1215	30 OT	45

3. Corpo docente

3.1. Coordenador do curso: Susana Fonseca

3.2. Corpo docente do curso: Anexo I

4. Pessoal não-docente

Pessoal não docente que apoia o funcionamento do curso, todos em tempo integral:

- 1 – Técnico Superior do Centro de Documentação e Informação – Mestre
- 1 – Técnico Superior do Centro de Documentação e Informação - Licenciada
- 2 – Técnico Superior do Centro de Informática – Mestres
- 1 - Técnico Superior do Centro de Meios Audiovisuais – Licenciada
- 1 – Funcionário Administrativo – Licenciada
- 1 – Assistente Operacional – 9º ano

5. Estudantes

No ano letivo 2017-18 estavam inscritos no ciclo de estudos 28 estudantes (16 no 1º ano e 12 no 2º ano), todos do sexo feminino, sendo 10 entre os 20 e 23 anos, 8 entre os 24 e 27 anos e os restantes 10 com mais de 28 anos. Os estudantes provêm maioritariamente da região Centro (75%), com peso idêntico (10,71%) do Norte e Lisboa e com um valor residual das ilhas (3,57%).

6. Resultados (de aprendizagem por UC/de satisfação dos alunos/académicos-eficiência formativa)

No ano letivo 2017-18, concluíram o 1º ano do curso 14 alunos (87,6%).

Do 2º ano, ainda nenhum aluno defendeu o trabalho final, uma vez que o prazo limite de entrega apenas terminou no dia 16 de novembro de 2018. Contudo, concluíram o

ciclo de estudos, no ano letivo 2017-2018, 8 estudantes cujo ano letivo ingresso foi o de 2015-2016. A nota média final destes graduados foi de 15 valores (Máx.=17 e Mín.=13).

Verifica-se uma elevada taxa de sucesso nos alunos que frequentaram as unidades curriculares, sendo semelhante em todas elas. As classificações médias variam entre 11,87 valores e 16 valores, com um mínimo de 10 e um máximo de 19 valores. A unidade curricular com classificação média mais baixa (11,87) é Direito da Inclusão Social e a com média de classificações mais elevada (16) é Respostas de Apoio Social para a Infância e Juventude. Em média, cerca de 25% dos alunos apenas fica com o Diploma de pós-graduação, não frequentando o 2º ano, nem elaborando o trabalho final.

Genericamente, da análise dos relatórios por uc, destaca-se os níveis de sucesso obtidos, mas sobretudo a preocupação dos docentes em adequar estratégias às dificuldades que vão sendo constatadas, quer ao nível do processo ensino-aprendizagem, quer ao nível dos resultados dos alunos. Há, ainda, a realçar, um esforço dos docentes para potenciar a plataforma de ensino moodle, disponibilizando aos alunos materiais pedagógicos e orientação atualizadas sobre a evolução do desenvolvimento do programa (sumários e documentos de apoio às aulas), tratando-se de uma estratégia global de facilitação, sobretudo num contexto em que o estatuto dos alunos é, maioritariamente, trabalhador-estudante.

Avaliação por UC, de acordo com os relatórios de avaliação com e sem resultados dos inquéritos aos alunos:

Nome da UC	Resultados (de aprendizagem /de satisfação dos alunos/académicos-eficiência formativa)
Problemáticas e Contextos de Risco Infanto-Juvenis	As 16 alunas inscritas obtiveram aprovação (M=15; Máx.=17 e Mín.=11). Nesta UC os formandos desenvolveram investigação que foi submetida a um Congresso Internacional e aprovada para efeitos de Comunicações orais e posters.
Direito da Inclusão Social	A taxa de aprovação dos alunos é bastante adequada tendo em consideração que a generalidade é trabalhador estudante e que isso se traduz numa dificuldade acrescida, face à impossibilidade de acompanhar a matéria com o necessário estudo. Não obstante, foram aprovados 14 dos 16 alunos, traduzindo-se numa taxa de sucesso de 87,5% (M=11,87). É de assinalar que a disponibilidade do docente para o apoio aos alunos esteve patente durante o semestre, não apenas nas horas de contacto, mas também no horário de atendimento presencial aos alunos, e ainda, recorrendo às novas tecnologias, através da troca de e-mails e ao moodle. No que concerne às estratégias adotadas para promover o sucesso da aprendizagem na Unidade Curricular, será de relevar a criação de diversos tipos de avaliação a fim de

	<p>facilitar a compreensão da matéria nas suas diversas vertentes.</p> <p>Foram disponibilizados no moodle os recursos necessários e tidos como guião da aprendizagem dos estudantes (ex.: slides com conteúdos de natureza teórica, documentos de estudo e artigos de opinião, normas para elaboração dos trabalhos práticos), além de diversa e relevante legislação nacional e internacional centrada sobre os conteúdos do programa da u.c. De relevar, igualmente, a interdisciplinaridade desta com outras UC do curso, em particular a de Técnicas de Avaliação e Diagnóstico Psicossocial. O volume de trabalho é o adequado graças à dinâmica do trabalho autónomo desenvolvido pelo aluno. Procurou-se chamar a atenção dos estudantes para a relevância da u.c. na sua formação recorrendo a exemplos e exercícios práticos relacionados com o dia a dia de entidades como a CJCP.</p> <p>Como previsto, os estudantes tiveram conhecimento dos conteúdos programáticos no início do semestre. Na primeira sessão, foram explicitadas as competências a desenvolver na u.c., tendo sido constantemente lembradas à medida que os conteúdos foram sendo abordados. Os critérios de avaliação foram comunicados aos estudantes durante as horas de contacto, horário de atendimento e no âmbito do moodle da u.c..</p> <p>A assiduidade e pontualidade no âmbito da docência foram garantidas, o que permitiu o cumprimento do programa e a gestão adequada dos tempos, pelo que o tempo previsto para as horas de contacto revelou-se adequado.</p> <p>O acompanhamento dos estudantes foi maioritariamente informal, concretamente por via eletrónica (e-mail / moodle), indistintamente no horário de atendimento em Gabinete de Departamento e fora dele. Relativamente à metodologia, considerámo-la a mais adequada. Com efeito, na tentativa de levar o estudante a manter-se focado na u.c. propusemos a realização de um trabalho, versando a análise enquanto técnica social, de um acórdão do tribunal da Relação. O trabalho foi acompanhado, de modo crescente, ao longo semestre.</p> <p>No sentido de conjugar a dimensão de análise e interpretação da lei, procurámos assegurar a compreensão pelo aluno do modo de ser do direito e, em particular dos princípios orientadores da intervenção no domínio das crianças e jovens em risco.</p>
<p>Relações, Conflitos e Mediação</p>	<p>Dos 16 alunos inscritos, 15 submeteram-se a todos os momentos de avaliação e destes todos obtiveram aprovação (94%/16 alunos e 100%/15 alunos), tendo sido de 12,4 a média dos resultados que oscilaram</p>

	<p>entre 5 e 15 valores.</p> <p>Relativamente à avaliação da UC, podemos considerar que a forma como foi lecionada favoreceu o sucesso dos alunos, assim como a avaliação realizada, nomeadamente, a realização de um trabalho de grupo sobre Gestão da Qualidade nas Organizações Socioeducativas (trabalho escrito e apresentação oral em sala de aula) e uma frequência.</p> <p>Foi salvaguardada a articulação da UC com os objetivos do curso, a articulação da UC com o ano curricular/semestre, a coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos, a coerência das metodologias de ensino com os objetivos, a coerência das metodologias de ensino com a avaliação, a avaliação da aprendizagem dos alunos foi feita em função dos objetivos da UC, o volume do trabalho foi definido em função do número de ECTS, houve equilíbrio entre os elementos de estudo e a bibliografia recomendada, e procurou-se ainda salientar o interesse dos conteúdos lecionados para o futuro profissional dos alunos.</p> <p>No que se refere à implementação da unidade curricular, o empenho na qualidade do ensino/aprendizagem, as formas de comunicação, a capacidade de promover a participação ativa do estudante, a explicitação das competências a desenvolver, a articulação entre metodologia de ensino e a avaliação, a disponibilização e apresentação atempada do programa, o cumprimento do programa/gestão do tempo e disponibilidade de software específico foram considerados e implementados no decorrer das aulas e apoios realizados. A UC decorreu normalmente tendo sido cumprido o programa e todos os objetivos enunciados no início do semestre.</p>
Técnicas de Avaliação e Diagnóstico Psicossocial	<p>Dos 20 alunos inscritos, 18 obtiveram aprovação (M=12,79). Assim, a percentagem de aprovação foi altamente satisfatória (87,5%).</p> <p>Todos os itens relativos à avaliação da satisfação dos alunos em relação à natureza da UC e à sua implementação se consideram em nível adequado.</p>
Respostas de Apoio Social para a Infância e Juventude	<p>Dos 16 alunos inscritos, 14 obtiveram aprovação (M=16), sendo a percentagem de aprovação altamente satisfatória (87,5%).</p> <p>Todos os itens relativos à avaliação da satisfação dos alunos em relação à natureza da UC e à sua implementação consideram-se num nível adequado.</p>
Política Social e Saúde Infanto-Juvenil	<p>Das 16 alunas inscritas, 14 obtiveram na Avaliação em Regime Normal (M=14.5; Máx.=16 e Mín.=13). Duas discentes não compareceram em nenhum dos momentos de avaliação (ainda que tenham feito inscrição no Exame</p>

	<p>de Recurso). Acrescente-se que a disponibilidade para o apoio esteve patente durante o Semestre, não apenas nas horas de contacto, mas também no horário de atendimento presencial, por e-mail e através da plataforma moodle. Além disso, foi disponibilizado um horário para esclarecimentos sobre os resultados obtidos nos diferentes momentos de avaliação, tal como previsto no Regulamento Interno de Frequência e de Avaliação em vigor. Esse horário não foi rentabilizado pelas alunas. De um modo geral, a avaliação interna da UC é positiva. Na Unidade Curricular (UC) de Política Social e Saúde Infanto-Juvenil são analisadas as políticas sociais e de saúde infanto-juvenil nacionais, numa perspetiva histórica. As alunas foram informadas acerca dos conteúdos programáticos, competências e funcionamento da UC no início do Semestre, tendo o Programa sido disponibilizado, nessa altura, no moodle, plataforma que também foi utilizada para disponibilizar o Cronograma de atividades e avaliação, sínteses elaboradas pelas docentes ou convidados e outros documentos de apoio. Paralelamente aos momentos de exposição teórica, promoveu-se a participação ativa das discentes através de atividades como a análise crítica de vídeos e documentos, bem como a elaboração e apresentação de sínteses temáticas e relatórios das aulas dinamizadas por convidados especialistas (com posterior apresentação oral e defesa em contexto de aula). Esses momentos, em particular, permitiram uma maior aproximação aos contextos reais de atuação, nomeadamente nas áreas (a) Políticas de Saúde Infanto-Juvenil em Portugal e o caso do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (aula dinamizada pela Enfermeira Maria Helena Rebelo), (b) Saúde Materno-Infantil (aula dinamizada pela Dra. Joana Barros Henriques e Dra. Carolina Lima, médicas internas de MGF, e Dra. Ana Paula Silva, Assistente Graduada, da UCSP São Pedro do Sul), (c) Respostas de saúde para a adolescência (aula dinamizada pela Dra. Alzira Ferrão, Dra. Inês Santos, e Internos Dr. Ricardo Almeida e Dra. Madalena Nisa, da Unidade de Medicina do Adolescente do Centro Hospitalar Tondela-Viseu), (d) Transição para a vida pós-escolar de alunos com NEE (aula dinamizada pela Dra. Paula Teixeira, Professora de Educação Especial, Escola Secundária Emídio Navarro - Viseu) e (e) Políticas de apoio à família: Rendimento Social de Inserção (aula dinamizada pela Equipa de RSI "Laços de Vida" - Viseu). As docentes articularam estratégias e modos de funcionamento ao longo do Semestre.</p>
--	--

<p>Intervenção em Situações de Risco, Família e Suporte Social</p>	<p>No que concerne à dimensão Avaliação, os objetivos da UC foram globalmente atingidos. Assim, ao longo da UC procurou-se diversificar as estratégias promotoras do sucesso na UC, o que redundou nos resultados muito positivos dos alunos. Ora, dos 16 alunos inscritos, 12 foram aprovados na UC através da modalidade de avaliação contínua, do regime normal, sendo que as notas variaram entre 14 e 18 valores (média de 16.1). No que diz respeito aos itens “disponibilidade para o acompanhamento e apoio do aluno”, “valorização do trabalho autónomo” e “relação interpessoal docente/ estudante”, verificou-se um forte investimento das professoras no atendimento aos alunos, particularmente, com a proposta de tarefas individuais e de grupo, as quais potenciaram as aprendizagens dos alunos.</p> <p>Tendo como referência a avaliação efetuada no final da lecionação da UC, e de acordo a opinião das professoras e alunos, a UC de Intervenção em Situações de Risco, Família e Suporte Social constitui uma UC fundamental na estrutura do curso de mestrado, com interesse para o futuro profissional e muito coerente ao nível dos conteúdos, metodologias e formas e formatos de avaliação utilizados pelas docentes, no contexto da UC.</p> <p>No que diz respeito à dimensão Implementação, a avaliação efetuada pelas professoras e pelos alunos foi globalmente muito positiva. De facto, tendo em consideração os itens “cumprimento do programa/gestão do tempo”, “apresentação e disponibilização atempada do programa”, “disponibilidade de recursos” e a “clarificação das competências a desenvolver na UC”, as professoras cumpriram plenamente os referidos pontos. Além disso, ao longo da UC, procurou-se o envolvimento e a participação ativa dos alunos, diversificando as metodologias e as formas de comunicação na UC, valorizando-se a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem.</p>
<p>Investigação em Intervenção Psicossocial</p>	<p>A percentagem de aprovação foi altamente satisfatória (81,25%). No entanto, apenas 1 aluno dos 16 reprovou por classificação inferior a 10 (8 valores). Os outros 2 não compareceram às avaliações. Assim sendo, entre os 14 alunos avaliados, a taxa de aprovação foi de 93%.</p> <p>Todos os itens relativos à avaliação da satisfação dos alunos em relação à natureza da UC e à sua implementação se consideram em nível adequado. Os resultados muito positivos obtidos são fruto de avaliações e respetivos ajustamentos que têm vindo a ser realizados, anualmente. Porém, reconhece-se a maior dificuldade dos alunos nestes conteúdos, o que tem conduzido a um acompanhamento individualizado por</p>

	<p>conteúdo e aluno (em horário de atendimento dos docentes), em função das necessidades específicas que vão sendo identificadas. Os resultados até ao momento (taxa de aprovação) justificam que se mantenha a estratégia. Considera-se relevante a aquisição do Software de gestão bibliográfica EndNote, diversas vezes solicitado, mas não adquirido pela Escola, porque se trata de uma ferramenta importante para a investigação, podendo mesmo facilitar o envolvimento dos alunos na investigação, tão desejado.</p>
Seminário de apoio à Dissertação/Projeto/Estágio	<p>Das 10 alunas inscritas, 8 obtiveram aprovação (M=15.25; Máx.=19 e Mín.=12). Todos os itens relativos à avaliação da satisfação dos alunos em relação à natureza da UC e à sua implementação consideram-se num nível adequado.</p>

7. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

7.1. O Conselho para a Avaliação e Qualidade do IPV (CAQ) é o órgão responsável pelo estabelecimento dos mecanismos de autoavaliação regular do desempenho do IPV, das suas UO, bem como das atividades científicas e pedagógicas sujeitas ao sistema nacional de avaliação e acreditação. As UO, através dos órgãos de gestão competentes e das suas comissões de avaliação da qualidade, promovem a participação da comunidade interna (docente, não docente e discente) e externa, na concretização dos objetivos do processo de Bolonha, no acompanhamento dos processos de avaliação e acreditação das formações, para além de promoverem a autoavaliação de todas as atividades de investigação e desenvolvimento. O processo de autoavaliação do ciclo de estudos tem como suporte os dados recolhidos pelo Sistema Interno de Garantia da Qualidade do IPV e envolve as comissões de curso, os departamentos, o conselho pedagógico, o conselho técnico científico e a comissão de avaliação para a qualidade da ESEV.

O SIGQ do IPV disponibiliza e trata estatisticamente os inquéritos e disponibiliza a alunos, sobre as unidades curriculares e sobre o curso, a professores sobre unidades curriculares, a diplomados sobre trajetória profissional e gestão da carreira e a potenciais empregadores. Estes inquéritos são preenchidos anualmente. Para cada UC é organizado, por cada ano letivo, um dossiê pedagógico, onde se incluem, para além da informação relativa aos aspetos pedagógicos e científicos, os dados estatísticos dos inquéritos, bem como um relatório de avaliação sobre o funcionamento da UC.

Os dados de avaliação, que resultam dos relatórios de avaliação do ciclo de estudos e do trabalho desenvolvido pela comissão de avaliação para a qualidade, são apreciados em comissão de curso e nas comissões científicas dos departamentos. As propostas de reformulação são submetidas ao conselho pedagógico e conselho técnico científico para parecer/aprovação e podem implicar alterações de programas de unidades curriculares ou alterações na organização das atividades letivas. Caso as reformulações impliquem também alteração do plano de estudos, o Presidente da Escola informa o Presidente do IPV para efeitos de comunicação à DGES.

7.2. Os procedimentos para avaliação do desempenho do pessoal docente e respetivas grelhas encontram-se disponíveis no endereço http://www.ipv.pt/jur_ad.htm. Têm sido usados diversos procedimentos de forma a garantir a avaliação e permanente atualização do pessoal docente. Os inquéritos preenchidos anonimamente pelos alunos, no final de cada unidade curricular, permitem recolher dados estatísticos relativos também a aspetos do processo de ensino/aprendizagem e de lecionação, da responsabilidade dos docentes, que são cruzados com os relatórios docentes de avaliação de unidade curricular. Além desses relatórios e dados estatísticos, são ainda usados os relatórios de atividades de cada ano, onde é também possível aferir procedimentos de implementação e lecionação de cada docente. Todos os dados obtidos são discutidos com os docentes, de forma a garantir o nível mais elevado de desempenho. Em sede de coordenação das áreas disciplinares, são também definidas estratégias e medidas para a contínua atualização dos docentes, a contemplar no plano de atividades do ano seguinte, enquadradas na atuação dos departamentos e em consonância com a estratégia da ESEV.

7.3. Avaliação do pessoal não docente é em conformidade com o previsto no SIADAP. O pessoal não docente frequenta anualmente cursos de formação organizados pelo Instituto Politécnico de Viseu com vista a melhorar as suas qualificações. Os técnicos superiores têm frequentado cursos de aprofundamento, nas suas áreas específicas, apoiados financeiramente pela ESEV. A ESEV tem facilitado a elaboração de horários de trabalho que permitam, ao seu pessoal não docente com estatuto de trabalhador estudante, o desenvolvimento dos seus estudos.

8. Análise SWOT do ciclo de estudos

8.1. Pontos Fortes

- Procura consistente do ciclo de estudos;
- Elevadas taxas de sucesso académico dos estudantes;
- Heterogeneidade de formações dos estudantes;
- Abrangência geográfica dos candidatos

8.2. Pontos Fracos

- Poucas parcerias nacionais e internacionais
- Investigação e publicações do corpo docente ainda insuficientes na área específica do ciclo de estudos
- Desinteresse dos alunos na modalidade Estágio
- Desinteresse dos alunos nos programas de mobilidade

8.3. Oportunidades

- Poucos mestrados na área específica do ciclo de estudos
- Diferentes áreas de formação e de experiência profissional dos estudantes permitem uma troca mais rica e potenciam uma aprendizagem mais alargada.
- Colaboração de técnicos responsáveis pelas diferentes respostas sociais na área do curso em diversas unidades curriculares.

8.4. Constrangimentos

- Os trabalhadores estudantes beneficiam pouco das horas de apoio dos docentes;

- Horário da biblioteca não compatível com as horas de funcionamento do curso e necessidades dos estudantes para trabalhos de grupo, em horário pós-laboral.

9. Propostas de ações de melhoria e monitorização de ações implementadas

Verifica-se, ainda, a necessidade de aumentar as parcerias e a mobilidade dos estudantes e docentes e de aumentar a produção científica e o desenvolvimento de projetos na área do curso.

Conclusão

O novo Plano de Estudos ainda está em início de implementação não havendo por enquanto quaisquer alterações a propor. O corpo docente é adequado e, na sua maioria, estável na instituição. Não parece haver interesse dos alunos na modalidade de Trabalho Final de Estágio, pelo que esta alteração não produziu os efeitos previstos pela CAE.

O anexo II a este relatório confirma a aprovação e respetivas datas, bem como a atualização na plataforma de programas da ESEV, dos programas das unidades curriculares.

Viseu, 19 de novembro de 2018

A coordenadora do curso

Susana Fonseca

Anexo I
Equipa docente do curso

Nome dos docentes	Docente de Carreira/ Convidado	Percent. de tempo integral	Área Doutoramento	Área Mestrado	Especialista CTC/Provas
Cátia Magalhães	Docente convidado	91,7%	Políticas Sociais		
Emília Martins	Docente de Carreira	100%	Psicologia Pedagógica		
Esperança Ribeiro	Docente de Carreira	100%	Psicologia da Educação		
Francisco Mendes	Docente de Carreira	100%	Pedagogia do Desporto		Lic. Direito
Leandra Cordeiro	Docente convidado	57,1%		Psicologia Clínica	
Luís Sousa	Docente de Carreira	100%	Sociologia		
Maria João Amante	Docente de Carreira	100%	Psicologia Pedagógica		
Paula Xavier	Docente de Carreira	100%		Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco	
Sara Felizardo	Docente de Carreira	100%	Psicologia		
Susana Fonseca	Docente de Carreira	100%	Psicologia – Psicologia das Organizações		

Anexo II

Verificação dos Programas das Unidades Curriculares

Ano	Sem.	Nome da UC	Responsável	Docente(s)	Data da última aprovação em Comissão Cient. Departamento (arquivo CTC)	Atualização do programa (plataforma) S/N	Ficha da UC em Inglês (plataforma) S/N	Ficha UC requisitos A3ES (plataforma) S/N
1º	1º	Problemáticas e Contextos de Risco Infanto-Juvenis	Esperança Ribeiro	Esperança Ribeiro e Leandra Cordeiro	28/09/2015	S	S	S
1º	1º	Direito da Inclusão Social	Francisco Mendes	Francisco Mendes	28/9/2015	S	S	S
1º	1º	Relações, Conflitos e Mediação	Maria João Amante	Maria João Amante e Susana Fonseca	28/09/2015	S	S	S
1º	1º	Técnicas de Avaliação e Diagnóstico Psicossocial	Emília da Martins	Emília da Martins	28/09/2015	S	S	S
1º	2º	Respostas de Apoio Social para a Infância e Juventude	Maria João Amante	Maria João Amante e Luís Sousa	01/01/2016	S	S	S
1º	2º	Política Social e Saúde Infanto-Juvenil	Maria João dos Amante	Maria João Amante, Paula Xavier e Cátia Magalhães	01/02/2016	S	S	S

1º	2º	Intervenção em Situações de Risco, Família e Suporte Social	Sara Felizardo	Sara Felizardo e Cátia Magalhães	13/11/2017	S	S	S
1º	2º	Investigação em Intervenção Psicossocial	Emília Martins	Emília Martins e Francisco Mendes	01/02/2016	S	S	S
2º	1º e 2º	Seminário de apoio à Dissertação/Projeto/Estágio	Maria João Amante; Emília Martins; Francisco Mendes	Maria João Amante; Emília Martins; Francisco Mendes	06/06/2017	S	S	S